

O SINDICATO LIVRE SERÁ UMA CONQUISTA DAS BASES OPERÁRIAS

Érico Sachs

A greve do ABC foi até o momento o ponto mais avançado atingido pelo movimento operário no país. Sua importância prende-se ao fato inquestionável de que centenas de milhares de operários começaram a romper as amarras do sindicalismo atrelado. Os grevistas já esperavam a intervenção do Ministério do Trabalho: haviam criado um fundo de greve independente da estrutura sindical (fundos desse tipo são proibidos pela legislação) e um Comando de Greve deveria substituir a diretoria livremente escolhida pelo movimento, no caso de sua deposição. Quando veio a intervenção e os principais dirigentes foram presos, o Comando substituiu de fato a diretoria. A continuidade da luta demonstrou a disposição dos operários em ir além da legalidade imposta pela burguesia, neutralizando a sua tentativa de conter o movimento através dos recursos que o atrelamento dos sindicatos sempre ofereceu à classe dominante. Essa disposição em romper as amarras do sindicalismo atrelado e ir além da legalidade imposta pela burguesia precisa, entretanto, se transformar em um movimento de classe, de âmbito nacional, no sentido de se conquistar efetivamente a liberdade sindical.

A nossa classe não conhece sindicatos operários livres. Em outros países capitalistas, a classe operária dispõe de sindicatos para conduzir a luta por suas reivindicações econômicas, sem que sobre estes pesem leis e instrumentos de intervenção e controle do Estado. Em países como os Estados Unidos, França ou Itália seria incabível a prisão de líderes sindicais por terem comandado uma greve operária. Se nestes países a classe operária não conhece mecanismos de intervenção sobre os sindicatos, mas ocorre no Brasil, isto tem a sua história.

Como surgiu o sindicato atrelado ao Estado burguês no Brasil?

O marco divisor foi a destruição do movimento operário independente a partir de 1935, quando começa de fato o fechamento dos sindicatos independentes e o seu enquadramento na nova legislação trabalhista criada por Getúlio Vargas. Quando a ditadura varguista, conhecida como "Estado Novo", termina, a estrutura sindical que a nossa classe operária conhece hoje já estava montada. A redemocratização do governo em 1945 era para a classe dominante, não se estendeu à classe operária. O restabelecimento das eleições diretas, a autonomia dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e outras liberdades democráticas comprimidas durante o Estado Novo, não afetavam em nada a liberdade de organização da classe. A estrutura sindical que mantinha o movimento operário controlado pelo Estado burguês manteve-se intacta. Isto foi possível porque uma nova geração de operários, vinda em sua maioria do campo, não encontrou uma liderança à altura de suas necessidades.

A liderança operária da época, o PCB, não compreendeu a importância da luta pela liberdade sindical. Os argumentos do PCB, ao invés da defesa dos interesses próprios do proletariado, enfatizavam, pelo contrário, a redemocratização e a aliança com a "burguesia progressista". Em nome desta aliança — que se concretizou na Constituinte com Getúlio — o PCB procurou apenas conquistar as cúpulas dos sindicatos atrelados, organizando o Movimento Unitário dos Trabalhadores (MUT). Foi ainda, portanto, sob a camisa de força do sindicalismo atrelado que a classe operária iniciou, em 1945, uma onda de greves pela defesa de seu nível de vida e contra os salários arroxados durante o longo período do Estado Novo. Com o declínio do movimento grevista em 1947, bastou ao governo Dutra aplicar a legislação repressiva contida na CLT para eliminar as diretorias combativas e para o movimento retornar à situação anterior. Desde então, passando por todos os governos burgueses, essa estrutura sindical manteve-se, cumprindo um papel fundamental no controle do movimento operário. É claro que a situação variou de acordo com os diversos governos, mas foi essa estrutura sindical, com seu espírito corporativista e paternalista, que revelou ser o mais forte obstáculo para a criação de uma consciência de classe e de um proletariado independente.

Esse papel do sindicalismo atrelado foi novamente utilizado pelas Forças Armadas contra o movimento operário de 1964. De fato, quando houve o golpe militar, as FFAA não precisaram utilizar novos mecanismos de repressão que aqueles contidos na CLT: intervieram nos sindicatos, depuseram as diretorias mais combativas e o movimento operário foi, assim,

derrotado sem luta.

O movimento operário atravessa hoje, novamente, uma situação crítica. Novamente fala-se em redemocratização e outra vez ainda a classe dominante procura preservar a legislação sindical repressiva herdada do Estado Novo. Toda a experiência passada e presente demonstra que a liberdade sindical não será dada por ninguém para a classe operária. Esta liberdade a classe operária terá que conquistar através de lutas, lutas árduas e prolongadas, numa constante mobilização das massas trabalhadoras que tenham despertado para a defesa de seus interesses imediatos.

A greve do ABC projeta a necessidade de um Sindicato Operário Livre no Brasil. Ainda não sabemos todas as implicações da greve que, sem dúvida, representa um marco nas lutas sociais, mas desde já queremos chamar a atenção sobre as manobras da burguesia, que está disposta a uma ofensiva contra o movimento operário nascente. O primeiro indício foi o enquadramento da liderança sindical do ABC na Lei de Segurança Nacional, que se mostra, assim, ser um instrumento contra o movimento operário. Por outro lado, jornais do Rio de Janeiro e de São Paulo noticiaram, no dia 13 de maio, que a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) havia encaminhado ao Ministro do Trabalho uma proposta para desmembrar em quatro grupos o atual Grupo 14 e, em conseqüência, todos os sindicatos de trabalhadores.

Assim, os operários metalúrgicos das indústrias montadoras de veículos não farão parte do mesmo sindicato dos empregados metalúrgicos das empresas de autopeças. É evidente que a burguesia pretende quebrar a unidade do movimento operário, tornando mais fácil e sua "abertura". O apelo à "ordem" e à "produção" seria respondido pelo Ministério do Trabalho através da reativação da Comissão de Enquadramento, que sobrevive até hoje cuidando de casos "rotineiros". O precedente do ABC, onde se encontra a base industrial mais desenvolvida e o movimento operário mais avançado, será válido para todo o Brasil. Para enfrentar de modo conseqüente essa ofensiva burguesa precisamos levar à frente uma luta radical pela liberdade sindical.

Se a greve do ABC colocou a necessidade de um sindicalismo livre isto não significou que a classe já tenha a consciência e a experiência do que sejam sindicatos realmente livres. A legislação e a prática sindical até aqui afastou a iniciativa das massas, impedindo a organização nos locais de trabalho e permitiu que uma cúpula de burocratas (os pelegos) falasse em nome da classe. Diretorias combativas não substituem a necessidade de uma organização de base. Na verdade, a falta de uma tradição de organização pela base dificultou o esforço de libertar os sindicatos.

Por sindicatos livres entendemos:

- o direito de livre organização dos operários sem qualquer interferência do Estado, organização livre em escala regional, estadual e nacional;
- a organização dos sindicatos sob a forma de sociedade civil, com os estatutos definidos pela própria massa operária associada;
- a livre disposição dos sindicatos sobre seus próprios fundos financeiros, sem interferência ou controle estatal (os próprios operários associados controlarão as suas caixas de ajuda, e o exemplo do que pode ser isto é o fundo de greve dos operários de São Bernardo do Campo);
- a completa liberdade de negociação e de firmar acordos coletivos com os patrões, independentemente da sanção da Justiça do Trabalho;
- garantia de emprego para todos os representantes sindicais; a liberdade para formar Centrais Sindicais Únicas no plano regional, estadual e nacional; enfim, a eliminação de todas as medidas que permitem a intervenção do Estado burguês na vida sindical.

Sabemos que a luta por este sindicato livre será prolongada, mas a reivindicação tem que ser levantada em toda a fase da luta pela própria classe operária, em toda greve, em cada luta parcial. A reivindicação do Sindicato Livre tem que ser defendida por todos os que pretendem representar a classe operária e os trabalhadores, no sindicato ou nas bancadas parlamentares,

apoiando-se em um movimento de massas, nos locais de trabalho, de moradia, nas ruas. Como próximo passo na luta pelo Sindicato Livre propomos uma campanha nacional que adote a seguinte plataforma de luta:

- *PELO DESLIGAMENTO COMPLETO DOS SINDICATOS DO MINISTÉRIO DO TRABALHO*
- *POR UMA CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES*
- *CONTRA O ESTATUTO PADRÃO*
- *CONTRA A COMISSÃO DE ENQUADRAMENTO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO*
- *CONTRA O ARTIGO 528 (que autoriza a intervenção do Ministério do Trabalho nos sindicatos)*

Propomos a formação de um organismo que coordene a luta pela liberdade sindical no plano nacional, organismo do qual participem todas as correntes de opinião comprometidas com a causa dos trabalhadores. Assim expressaremos de modo consciente a perspectiva de um movimento operário independente no Brasil.

(Escrito no Rio de Janeiro, em 1981. Texto digitalizado e revisado com base na coletânea "Andar com os Próprios Pés", Belo Horizonte, SEGRAC. 1994).